

NOTA PÚBLICA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRJ SOBRE A PROPOSTA “A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA: PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UFRJ 2008-2012”

A comunidade da Faculdade de Educação da UFRJ (FEUFRJ), docentes, estudantes e técnicos administrativos, reunida em 23 de agosto de 2007, a partir da convocatória de sua direção, examinou a proposta “A universidade necessária: programa de reestruturação e expansão da UFRJ 2008-2012” e, entre outras deliberações, aprovou a elaboração da presente nota pública a ser apresentada nas audiências públicas sobre a referida proposta.

As pesquisas da FEUFRJ e da área da educação em geral têm denunciado o fato de que políticas educacionais deliberadas levaram a universidade pública brasileira a ser uma instituição destinada a uma pequena parcela da juventude, cerca de 3% dos jovens **entre 18 e 24** anos. A estagnação dos investimentos nas instituições públicas do ensino básico e superior e, alternativamente, a expansão vertiginosa da oferta de educação superior privada de caráter empresarial, inclusive com verbas públicas, transformaram a educação superior brasileira em uma das mais injustas do mundo. Os acertados reclamos de movimentos sociais e de juventude pela sua democratização são, portanto, motivo de alento para todos os que compreendem que o acesso a este espaço público de produção e socialização de conhecimento deve ser um direito da cidadania e um dever do Estado.

Os profissionais de educação comprometidos com a causa da educação pública se engajaram na luta por uma Constituição que garantisse, objetivamente, meios para que a educação pública pudesse ser universalizada com qualidade, objetivo que seguiu sendo perseguido na LDB e no Plano Nacional de Educação. Infelizmente, a correlação de forças não permitiu a criação de bases materiais que permitissem uma real transformação das condições da educação pública, em especial por meio da elevação dos recursos para a educação dos atuais 3,5% do PIB para o equivalente a 7% do PIB, como previsto no PNE, mas vetado no governo de Fernando Henrique Cardoso, veto este ratificado pelo atual governo. Esse objetivo estratégico vem sendo perseguido pelos educadores brasileiros que defendem a urgente expansão da educação pública para todos os que são excluídos desse direito humano fundamental.

Imbuídos desse compromisso histórico dos educadores com a causa da educação pública, os docentes, técnicos e administrativos e estudantes reunidos na referida Assembléia manifestaram preocupação com muitos dos pressupostos e implícitos contidos na proposta de implementação do REUNI que, conforme avaliação consensual dos presentes, requerem um debate muito mais profundo e sistemático do que o previsto (e possível) no cronograma para a aprovação da referida proposta, até meados de outubro de 2007.

Cabe lembrar que o REUNI é um programa de reestruturação das universidades federais introduzido por meio de um Decreto (6069/07) que não foi discutido pela comunidade universitária, a exemplo de seus fundamentos contidos no projeto Universidade Nova, igualmente não apreciado em seu conteúdo pelas universidades. Embora a decisão do CONSUNI tenha sido no sentido de propiciar condições para a ampla discussão do Plano de Desenvolvimento da Educação e do REUNI, urgências impostas pelo MEC acabaram induzindo as instituições a elaborarem de afogadilho as suas propostas, sob a ameaça de

perderem os recursos do mencionado Programa. O debate na FEUFRJ concluiu que essa discussão é imprescindível e urgente!

Não há como deixar de registrar a surpresa com o abandono de todo um processo de debate ao longo de 2006 sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ, agora tido como tardio. A acelerada sucessão de projetos e propostas, rapidamente consideradas descartadas e substituídas por novas propostas, em nada contribui para a discussão madura dos problemas e alternativas para a UFRJ.

A criação de ciclos de graduação com terminalidade breve, organizados por meio de estratégias semipresenciais, de cursos ditos transdisciplinares, de flexibilização curricular, de ciclos básicos comuns, do abandono da profissionalização e da adesão a modelos estrangeiros estabelecidos, estão presentes na proposta da UFRJ e expressam mudanças estruturais na universidade brasileira. Persistem dúvidas, inquietações e críticas importantes demais para serem ignoradas em virtude de um calendário imposto pelo governo (que limita a apresentação de propostas até a terceira semana de outubro), um cronograma acolhido na proposta de adesão da UFRJ ao REUNI.

Toda a proposta de expansão está referenciada em mudanças na natureza da graduação, em reorganização de centros como o CFCH, inteiramente desfigurado, na criação de novas instâncias acadêmicas e administrativas, como o Instituto Superior de Educação, cuja concepção não foi sequer definida e em um amplo processo de reorganização espacial da UFRJ. A transferência das unidades da Praia Vermelha para o campus da Cidade Universitária é um tema a ser discutido, considerando a precariedade das instalações no campus da Praia Vermelha e, em sentido oposto, a importância de maior interação da UFRJ com a vida cotidiana da cidade e com a unidade do CFCH em termos espaciais. O que preocupa, obviamente, não é a melhoria da infra-estrutura, um objetivo vivamente reivindicado pela FEUFRJ, mas as mudanças institucionais e a imprecisão quanto aos recursos e suas fontes.

Não é um fato secundário o virtual desaparecimento do CFCH. Considerando que as áreas estratégicas reconhecidas na Proposta são todas associadas ao campo tecnológico e das ciências da natureza, o enfraquecimento do CFCH debilitaria ainda mais a presença das ciências sociais e humanas na conformação institucional da UFRJ. O risco de hipertrofia da razão instrumental não pode ser secundarizado em tal contexto.

O Decreto 6096/07 que dispõe sobre o REUNI pretende praticamente dobrar o número de estudantes, mas não altera a ordem de grandeza dos recursos atuais das IFES. Não menos grave, o próprio Decreto afirma que os recursos irão depender da disponibilidade orçamentária do MEC! O próprio documento que explicita o REUNI é claro quanto à ordem de grandeza dos recursos: “O total de investimentos projetados para o **período de 2008 a 2011** é da ordem de 2 bilhões de reais. O valor acrescido ao orçamento de custeio e

pessoal de cada universidade aumentará gradativamente, no período de cinco anos, até atingir, ao final, o montante correspondente a 20% do previsto para 2007”¹.

O aperto orçamentário das IFES pode ser mensurado pelo orçamento das três universidades paulistas; enquanto estas dispõem de um orçamento anual de R\$ 4,5 bilhões, as 53 universidades federais possuem um orçamento médio (2003-2006) de R\$ 8,2 bilhões!

Esses dados são preocupantes, pois ao se constatar a atual escassez de verbas, deduz-se que os recursos humanos serão profundamente afetados e mais precarizados com a expansão de vagas e oferta de serviços, considerando a limitação de 500 vagas para professores e a não definição do quantitativo das mesmas para servidores técnico administrativos no anteprojeto da Reitoria da UFRJ.

Ao elencar essas preocupações, a FEUFRJ reafirma o seu engajamento em projetos democraticamente discutidos que possam fortalecer a dimensão pública da UFRJ o que requer, necessariamente, a sua expansão com qualidade, consubstanciada em novo patamar de financiamento. A UFRJ tem de ser propositiva, protagônica, na busca de formas mais democráticas de seleção dos estudantes do que o vestibular, de ampliação do ensino noturno em toda UFRJ, de ações afirmativas que levem a maior integração entre a educação básica pública e superior, particularmente das escolas localizadas em áreas de maior pobreza e, mais especificamente, de uma consistente política de formação de professores e de qualificação dos que atuam na rede pública. A FEUFRJ utilizará o melhor de seu trabalho de investigação, de ensino e de extensão para alcançar esses objetivos, hoje um reclamo da juventude brasileira.

Encaminhamentos:

Em conformidade com a autonomia constitucional assegurada às universidades, a UFRJ deve organizar um calendário que permita um debate verdadeiro sobre a reestruturação e as bases materiais das IFES e da UFRJ em particular, objetivando a expansão do sistema público de educação superior.

Com base em sua responsabilidade pública de espaço de formação e pesquisa, a FEUFRJ se manifesta contrariamente à criação de um Instituto Superior de Educação nos moldes previstos pela atual LDB e pelos decretos que a regulamentam e reivindica sua permanência no CFCH, conforme disposto no PDI. Propõe, também, a partir do que já vem sendo realizado pela Comissão Permanente de Licenciatura do CEG, a criação de um grupo de trabalho ampliado constituído por representantes da Faculdade de Educação, do Colégio de Aplicação e das Unidades parceiras na formação de professores, a fim de discutir e formular propostas de mudanças que se fizerem necessárias na área de educação no âmbito da UFRJ.

¹ . Documento Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007.